

CURSO DE RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS*			
25 e 26 de agosto de 2015 - Auditório JK			
25/08/2015 - TERÇA-FEIRA			
HORÁRIO	MÓDULO	CONTEÚDO	INSTRUTORES
9:00-9:30	Abertura institucional - Subsecretária de Gestão de Pessoas, Warlene Salum Drumond Rezende; Controlador Geral do Estado, Mário Vinícius Claussen Spinelli		
9:30-10:30	1	Combate à corrupção • Conceito/fenômeno da corrupção • Âmbito internacional (convenções internacionais de combate à corrupção) • Âmbito nacional (esferas civil, penal e administrativa) • Contexto histórico da Lei Anticorrupção (antes e depois) • Principais inovações da Lei Anticorrupção • Importância da regulamentação pelo Estado • Promoção da integridade no setor privado	Mário Vinícius Claussen Spinelli (CGE)
10:30-11:00	Intervalo (com Coffee Break)		
11:00-12:00	2	Combate à Corrupção em Minas Gerais • Reforma Administrativa do Estado • Reestruturação da CGE • Nova Superintendência de Responsabilização de Pessoas Jurídicas • Relação entre PAD, PAP e PAR	Rafael Amorim de Amorim (CGE)
12:00-13:30	Intervalo almoço		
13:30-15:00	3	Visão geral sobre contratações • Principais pontos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002 • Práticas ilícitas e irregulares relacionadas a licitações e contratos • Responsabilidade Objetiva das Pessoas Jurídicas • Competências para responsabilização de pessoas jurídicas em Minas Gerais (relação entre Lei nº 12.846/2013, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002) • Vigência e aplicabilidade da Lei n.º 12.846/2013 em Minas Gerais	Márcio de Almeida do Amaral (CGE)
15:00-15:10	Intervalo		
15:10-16:30	4	Tópicos específicos da Leis de Licitações e Contratos • Sanções estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e na Lei Estadual n.º 14.167/2002 (advertência, multa, suspensão, declaração de inidoneidade e impedimento de licitar e contratar) • Instauração de Processo administrativo punitivo (Lei Estadual 13.994/2001 e Decreto n.º 45902/2012, competência, forma de instauração, procedimentos) • Instrução do Processo administrativo punitivo (Lei Estadual 13.994/2001 e Decreto n.º 45902/2012, procedimentos, meios de prova, comunicações processuais, participação da defesa) • Conclusão do Processo administrativo punitivo (Lei Estadual 13.994/2001 e Decreto n.º 45902/2012, competência, dever de fundamentação, publicação no Diário Oficial e outros cuidados a serem tomados) • Da possibilidade de interposição de pedido de reconsideração e recurso administrativo (competência, prazo, efeitos) • Inscrição da empresa no CAFIMP (situações passíveis de inscrição, dos efeitos da inscrição, da consulta e exclusão do cadastro)	João Paulo Chaves Moscardini (CGE)

26/08/2015 - QUARTA-FEIRA			
9:00-10:30	5	Aspectos da Lei Anticorrupção • Responsabilização administrativa da Lei nº 12.846/2013 • Sujeição ativa/passiva (Administração Pública Nacional e Estrangeira, Definição de pessoa jurídica) • Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica, responsabilidade subjetiva das pessoas físicas, manutenção da responsabilidade nas operações societárias, responsabilidade solidária das controladas, coligadas e consorciadas (Lei nº 12.846/2013) • Desconsideração da personalidade jurídica (Lei nº 12.846/2013, abuso da personalidade jurídica, processo administrativo específico, contraditório e ampla defesa) • Atos lesivos à Administração Pública (art. 5º da Lei nº 12.846/2013, tipologia e casos práticos) • Acordo de leniência (Lei nº 12.846/2013, competência, finalidades, requisitos cumulativos, benefícios concedidos, necessidade de reparação do dano, atuação da CGU)	Convidado CGU
10:30-11:00	Intervalo (com Coffee Break)		
11:00-12:00	6	Medidas de integridade - Lei Anticorrupção • Programas de <i>compliance</i> (Lei nº 12.846/2013, parâmetros, atuação da CGU)	Convidado CGU
12:00-13:30	Intervalo almoço		
13:30-15:00	7	Procedimento Administrativo de Responsabilização - PAR (Decreto Estadual nº 46.782/2015) • Instauração do processo administrativo de responsabilização (Decreto Estadual nº 46.782/2015, investigação preliminar, competência, portaria de instauração, comissão do PAR) • Instrução do processo administrativo de responsabilização (Decreto Estadual nº 46.782/2015, meios de prova, comunicações processuais, defesa, relatório final, manifestação jurídica) • Julgamento do processo administrativo de responsabilização (Decreto Estadual nº 46.782/2015, competência, alegações finais, decisão) • Recurso (Decreto Estadual nº 46.782/2015, Junta de Recursos de Processos Administrativos de Responsabilização)	Márcio de Almeida do Amaral (CGE)
15:00 - 15:10	Intervalo		
15:10-16:20	8	Procedimento Administrativo de Responsabilização - PAR (Decreto Estadual nº 46.782/2015) • Sanções (Lei nº 12.846/2013 e Decreto Estadual nº 46.782/2015, dosimetria na aplicação das sanções, multa, publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora, destinação da multa) • Cadastro das empresas punidas (Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 46.782/2015) • Articulação com outros entes da federação, Ministério Público e CADE	Márcio de Almeida do Amaral (CGE)
16:20 - 16:30	Encerramento Institucional		

* Esta programação pode, eventualmente, sofrer alterações.